

**LOG-IN – LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ nº 42.278.291/0001-24**  
**NIRE nº 3.330.026.074-9**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2021**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 27 de abril de 2021, às 11:00 horas, na sede social da Log-In - Logística Intermodal S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ**”) sob o n.º 42.278.291/0001-24 e com NIRE nº 3.330.026.074-9, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida General Justo nº 375, 6º andar, Centro (“**Companhia**”), e por videoconferência.

**2. Convocação e Presença:** Convocação realizada por mensagem eletrônica enviada aos membros do Conselho de Administração, na forma do Regimento Interno do Conselho. Presentes todos os membros do Conselho, verificando-se, portanto, o *quórum* necessário para a instalação da presente reunião.

**3. Mesa:** Sr. Marco Antonio Souza Cauduro, na qualidade de Presidente; e Sr. Eduardo Simeone, na qualidade de Secretário.

**4. Ordem do Dia:** Aprovar e deliberar sobre: (I) a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, da Companhia no valor total de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) (“**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente), objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”), das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”); (II) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e seus aditamentos: (II.i) o “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Log-In Logística Intermodal S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”) a ser celebrado, entre a Companhia e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (“**Debenturistas**” e “**Agente Fiduciário**”, respectivamente); (II.ii) o “*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, A Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 4ª (Quarta) Emissão da Log-In Logística Intermodal S.A.*”, a ser celebrado entre, a Companhia e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de instituições intermediárias (“**Contrato de Distribuição**”); e (II.iii) dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido); (III) a outorga das garantias reais pela Companhia, no âmbito da Emissão, consubstanciadas na (III.i) alienação fiduciária em garantia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (a) das ações de propriedade da Companhia, representativas de 49,8480% (quarenta e nove inteiros e oito mil,

quatrocentos e oitenta décimos de milésimo por cento) das ações de emissão da TVV – Terminal Vila Velha S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Vila Velha, estado do Espírito Santo, na Avenida Cavalieri, nº 2000, Porto do Capuaba, CEP 29.116.650, inscrita no CNPJ sob o nº 02.639.850/0001-24 (“**TVV**”, “**Percentual da Garantia**” e “**Ações Alienadas TVV**”, respectivamente), (b) todos os direitos econômicos inerentes e oriundos das Ações Alienadas TVV, presentes e futuros, incluindo, todos os frutos, rendimentos, vantagens e/ou outras distribuições que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores ou direitos creditórios de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela TVV relacionados às Ações Alienadas TVV, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas TVV oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), e direitos de voto, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido); e (c) todas as novas ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Companhia, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações Alienadas TVV oneradas, distribuição de bonificações, conversão de dívidas, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações Alienadas TVV oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a TVV, bem como, no caso de transformação da TVV, as quotas resultantes de qualquer conversão das Ações Alienadas TVV em quotas em virtude da transformação da TVV em uma sociedade cujo capital social seja dividido em quotas, desde que limitado ao Percentual da Garantia (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), por meio da celebração do “*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva*, a ser celebrado entre a Companhia”, o Agente Fiduciário e a TVV, na qualidade de interveniente anuente, (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”); e (III..ii) cessão fiduciária, em garantia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (1) de direitos creditórios, atuais e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes de prestação de serviços de transporte e outros aos clientes da Companhia (“**Direitos Creditórios - Serviços**”, respectivamente); (2) dos recursos recebidos em razão do pagamento dos Direitos Creditórios - Serviços, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e (3) todos e quaisquer direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Companhia com relação às contas vinculadas de titularidade da Companhia abertas junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), quaisquer valores ou recursos nelas depositados e/ou a serem depositados, a qualquer tempo, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, bem como os investimentos realizados com os valores depositados ou que venham a ser depositados em referidas contas, e todos e quaisquer frutos e rendimentos decorrentes de referidos investimentos (“**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**”, e em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, “**Garantias**”), por meio da celebração do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva*”, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“**Contrato de Cessão Fiduciária**” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, “**Contratos de Garantia**”); (IV) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários para a constituição das Garantias, incluindo, mas não se limitando, eventuais aditamentos, as procurações a serem outorgadas em favor do Agente Fiduciário, bem como contrato de administração de contas a ser celebrado com o banco depositário a ser contratado pela Companhia (“**Banco Depositário**” e “**Contrato de Administração de Contas**”, respectivamente); (V) autorização expressa para que a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos, negociem as condições finais, tomem todas e quaisquer providências e adotem todas as medidas

necessárias à: (V.i) formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata para a emissão das Debêntures, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos: (a) a Escritura de Emissão, (b) o Contrato de Distribuição, (c) os Contratos de Garantia; (d) as eventuais procurações outorgadas no âmbito dos Contratos de Garantia; (e) o Contrato de Administração de Contas; e (f) aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, (V.ii) formalização e efetivação da contratação das instituições financeiras integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o agente de liquidação, o escriturador, o Agente Fiduciário, o auditor independente, o Banco Depositário, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários; e (V.iii) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria no âmbito da Emissão e da Oferta.

**5. Deliberações, Discussões e Orientações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração trataram sobre os seguintes assuntos:

**(A) Aprovaram**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), a Emissão e a realização da Oferta, com as seguintes características e condições:

- (i) Número da Emissão:** As Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia, que será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476.
- (ii) Séries:** A Emissão será realizada em única série.
- (iii) Valor da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“**Valor Total da Emissão**”).
- (iv) Quantidade:** Serão emitidas 34.000 (trinta e quatro mil) de Debêntures.
- (v) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”).
- (vi) Tipo e Forma:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados.
- (vii) Comprovação de Titularidade das Debêntures:** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome dos Debenturistas.
- (viii) Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra empresa.

- (ix) **Espécie:** As Debêntures são da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, por meio de aditamento à Escritura de Emissão.
- (x) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**").
- (xi) **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no ano de 2027, conforme data a ser indicada na Escritura de Emissão.
- (xii) **Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3 por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (conforme definidos a seguir), à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sendo considerada "**Primeira Data de Integralização**" para fins da Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as respectivas Debêntures que foram integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das respectivas Debêntures até a data da sua efetiva integralização.

Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada e para fins da Oferta, serão considerados "**Investidores Profissionais**": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9º-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

- (xiii) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados: (i) da Cédula de Crédito Bancário Convênio nº 100116020011000, emitida pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A. ("**Itaú**") em 24 de fevereiro de 2016, conforme aditada de tempos em tempos ("**CCB Itaú 1000**"); (ii) da Cédula de Crédito Bancário Convênio nº 106616020001900, emitida pela TVV em favor do Itaú em 24 de fevereiro de 2016, conforme aditada de tempos em tempos ("**CCB Itaú 900**"); (iii) Cédula de Crédito Bancário n. 340.001.301, emitida pela Companhia em favor do Banco do Brasil S.A. ("**BB**"), tendo como interveniente anuente a TVV, em 29 de

julho de 2016, conforme aditada de tempos em tempos (“**CCB BB 301**”); (iv) Cédula de Crédito Bancário n. 340.001.302, emitida pela Companhia em favor do BB, tendo como avalista a TVV, em 29 de julho de 2016, conforme aditada de tempos em tempos (“**CCB BB 302**”); (v) Cédula de Crédito Bancário n. 340.001.303, emitida pela TVV em favor do BB., e a Companhia na qualidade de interveniente anuente, em 29 de julho de 2016, conforme aditada de tempos em tempos (“**CCB BB 303**”); (vi) Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro n. 0454-09009-60, emitida pela Companhia em favor do HSBC Bank Brasil S.A. (antecessor do Banco Bradesco S.A.) (“**Bradesco**”), em 01 de julho de 2016, conforme aditada de tempos em tempos (“**CCB BRA**”); (vii) Instrumento Particular de Confissão e Pagamento de Dívida, celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S.A. (“**Santander**”), a Companhia e a TVV, em 04 de dezembro de 2017, conforme aditado de tempos em tempos, cujos direitos e obrigações foram cedidos em 29 de maio de 2019 para o Fundo de Liquidação Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (“**Fundo de Liquidação Financeira**”, e em conjunto com o BB, Bradesco e Itaú, “**Credores**”), conforme notificação recebida pela Emissora e pela TVV, ambas encaminhadas pelo Fundo de Liquidação Financeira em 31 de maio de 2019 (“**Confissão de Dívida SAN**”, e em conjunto com a CCB Itaú 1000, CCB Itaú 900, CCB BB 301, CCB BB 302, CCB BB 303 e CCB BRA, “**Dívidas Existentes**”).

- (xiv) **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente.
- (xv) **Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100,00% (cem inteiros por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia, *over* extra grupo, denominadas “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://b3.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“**Taxa DI**” e “**Juros Remuneratórios**”, respectivamente). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a primeira data de integralização das Debêntures, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior e pagos na forma prevista na Escritura de Emissão.
- (xvi) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, de Amortização Antecipada Facultativa, Aquisição Facultativa e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), conforme as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão.
- (xvii) **Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo, de Oferta de Resgate Antecipado, de Amortização



Antecipada Facultativa, Aquisição Facultativa e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente a partir da Data de Emissão, conforme as datas a serem indicadas na Escritura de Emissão (cada uma delas “**Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios**”).

- (xviii) **Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos Juros Remuneratórios, que continuarão sendo calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”).
- (xix) **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pela TVV, conforme aplicável, nos termos da Escritura de Emissão, de qualquer dos demais Contratos de Garantia e dos demais documentos da Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios (conforme definidos a seguir), com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pela TVV, conforme aplicável, por meio do escriturador ou em sua sede, conforme o caso.
- (xx) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3.
- (xxi) **Publicidade:** Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, (i) no prazo de 3 (três) Dias Úteis após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“**DOERJ**”) e no jornal “Valor Econômico” (em conjunto com o DOERJ, “**Jornais de Publicação**”); e (ii) imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, na página da Companhia na rede internacional de computadores (<https://www.loginlogistica.com.br/>). Caso a Companhia altere os Jornais de Publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando os novos jornais de publicação.
- (xxii) **Direito de Preferência:** Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.
- (xxiii) **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas

previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- (xxiv) **Garantias:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, previstas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, os honorários do Agente Fiduciário, qualquer custo ou despesa incorrida pelo Agente Fiduciário, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos dos Debenturistas e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão, dentro dos limites da atuação do Agente Fiduciário, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, e/ou pelos Debenturistas incluindo, mas não se limitando, aos honorários de sucumbência arbitrados em juízo e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Companhia, serão constituídas as Garantias, ambas sob Condição Suspensiva, sendo que, após os registros dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e o cumprimento das Condições Suspensivas (conforme definido a seguir), as Debêntures serão convoladas em espécie com garantia real.

A eficácia das Garantias está condicionada, conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados às Dívidas Existentes e à liberação pelos Credores da garantia constituída no âmbito das Dívidas Existentes, conforme termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia (“**Condições Suspensivas**”).

- (xxv) **Repactuação Programada:** As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.
- (xxvi) **Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures.
- (xxvii) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“**Resgate Antecipado Facultativo**”), com o consequente cancelamento das Debêntures em questão, a partir de 2023, conforme a data a ser indicada na Escritura de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, e desde que, cumulativamente: (1) a Companhia com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Facultativo, por meio de publicação de aviso aos titulares das Debêntures nos Jornais de Publicação ou notificação por escrito, com cópia ao Agente Fiduciário; (2) a Companhia com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo, comunique a B3, o agente de liquidação e o escriturador acerca do Resgate Antecipado Facultativo; e (3) o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures seja realizado pelo respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido

da respectivos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, conforme disposto na Escritura de Emissão, incidente sobre o montante objeto de Resgate Antecipado Facultativo.

**(xxviii) Resgate Antecipado Facultativo Parcial:** As Debêntures não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo parcial.

**(xxix) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado para a totalidade ou parte das Debêntures (“**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**”), conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis. Referida Oferta de Resgate Antecipado Facultativo poderá abranger a totalidade ou parte das Debêntures, devendo ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das respectivas Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, bem como na legislação e regulamentação aplicáveis, a qual poderá resultar no resgate total ou parcial das Debêntures, em função da adesão dos respectivos Debenturistas:

**(xxx) Amortização Antecipada Facultativa:** A Companhia poderá realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures (“**Amortização Antecipada Facultativa**”), a partir de 2023, conforme a data a ser indicada na Escritura de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures e desde que, cumulativamente: (1) a Companhia com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data da Amortização Antecipada Facultativa, comunique os Debenturistas, o Agente Fiduciário, a B3, o agente de liquidação e o escriturador, acerca da Amortização Antecipada Facultativa, por meio de notificação por escrito; e (2) a Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures seja realizada pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios proporcional à amortização antecipada, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou da respectiva Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, conforme tabela incluída na Escritura de Emissão, incidente sobre o montante objeto da Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures.

**(xxxi) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura e Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Juros Remuneratórios aplicáveis às demais



Debêntures. Caso a Companhia pretenda adquirir Debêntures por valor superior ao Valor Nominal Unitário deve, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os titulares das respectivas Debêntures, nos termos e condições estabelecidos no artigo 9º e seguintes da Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020, conforme alterada.

**(xxxii) Vencimento Antecipado Automático:** O Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia na ocorrência de determinados eventos.

**(xxxiii) Vencimento Antecipado Não Automático:** Na ocorrência de determinados eventos, o Agente Fiduciário deverá, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer destes eventos, convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

**(xxxiv) Demais características da Emissão:** As demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão.

**(B) Aprovam** a outorga, pela Companhia, das garantias reais no âmbito da Emissão consubstanciadas na (a) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (b) Alienação Fiduciária de Ações, por meio da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações. Os demais termos e condições das Garantias deverão ser oportunamente definidos pela diretoria da Companhia, com base na presente deliberação.

**(C) Aprovam** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à emissão das Debêntures e a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes instrumentos: (a) a Escritura de Emissão, (b) o Contrato de Distribuição, (c) os Contratos de Garantia; (d) o Contrato de Administração de Contas, (e) as procurações a serem outorgadas no âmbito dos Contratos de Garantia; e (f) aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados.

**(D) Aprovam** expressamente a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia a praticar todos e quaisquer atos, negociar as condições finais e tomar todas e quaisquer providências e adotar todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata para a emissão das Debêntures, incluindo a assinatura: (i) da Escritura de Emissão; (ii) do Contrato de Distribuição, (iii) dos Contratos de Garantia; e (iv) do Contrato de Administração de Conta, bem como a assinatura de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão e da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados); (b) formalização e efetivação da contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o agente de liquidação, o escriturador, o Agente Fiduciário, auditor independente, o Banco Depositário, entre outros,

podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários; (c) ratificação de todos os atos já praticados com relação às deliberações acima; e (d) autorização para a publicação desta ata na forma prevista no artigo 130, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Participantes:** Conselheiros: Sr(a)s. Marco Antonio Souza Cauduro, Eduardo de Salles Bartolomeo, Fabíola Ribeiro dos Santos, Flavio Souto Boan e Maurício Ribeiro de Menezes; Diretores: Sr(a)s. Marcio Arany da Cruz Martins (Diretor Presidente) e Pascoal Cunha Gomes (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores), e o Sr. Eduardo Simone (Consultor Geral Jurídico e Secretário).

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2021.

**Eduardo Simeone**  
Secretário

**LOG-IN – LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**  
**Publicly Held Company**  
**Corporate Taxpayer's ID (CNPJ): 42.278.291/0001-24**  
**Company Registry (NIRE): 3.330.026.074-9**

**MINUTES OF THE BOARD OF DIRECTORS' MEETING**  
**HELD ON APRIL 27, 2021**

**1. Date, Time and Venue:** April 27, 2021, at 11:00 am, at the headquarters of Log-In - Logística Intermodal S.A., registered in the National Register of Legal Entities of the Ministry of Economy ("CNPJ") under No. 42.278.291/0001-24 and with NIRE No. 3.330.026.074-9, at Avenida General Justo, No. 375, 6th floor, Centro, in the City and State of Rio de Janeiro ("Company"), and via conference call.

**2. Call Notice and Attendance:** The meeting was called via an e-mail sent to the members of the Board of Directors, pursuant to the Internal Regulations of the Board of Directors. All members of the Board were present, representing enough quorum to install the meeting.

**3. Presiding Board:** Mr. Marco Antonio Souza Cauduro, as Chairman; and Mr. Eduardo Simeone, as Secretary.

**4. Agenda:** To approve and resolve on: (I) the fourth (4th) issue of simple debentures, not convertible into shares, of unsecured debentures, to be converted into secured debentures, in a single series, by the Company in the total amount of three hundred and forty million Brazilian reais (R\$ 340,000,000.00) ("**Issue**" and "**Debentures**", respectively), subject to a public distribution offering with restricted placement efforts, pursuant to Law No. 6,385, of December 7, 1976, as amended, of the Securities and Exchange Commission ("**CVM**") Instruction No. 476, of January 16, 2009, as amended ("**CVM Instruction 476**"), and of the other legal and regulatory provisions applicable ("**Offer**"); (II) the execution, by the Company, of all instruments necessary for the issuance of the Debentures, including, but not limited to, the following contracts and their amendments: (II.i) the "*Private Instrument of Issue Indenture of the Fourth (4<sup>th</sup>) Issue of Simple Debentures, Not Convertible into Shares, of Unsecured Debentures, to be Converted Into Secured Debentures, in a Single Series, for Public Distribution with Restricted Placement Efforts, by Log-In Logística Intermodal S.A.*" ("**Issue Indenture**") to be entered into by and between the Company and **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, a financial institution, headquartered in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Avenida Gilberto Sabino, No. 215, 4th floor, CEP 05425-020, registered with CNPJ under No. 22.610.500/0001-88, as a trustee, representing the common interests of the holders of the debentures of this issue ("**Trustee**" and "**Debenture Holders**", respectively); (II.ii) the "*Public Coordination and Distribution Agreement with Restricted Efforts of Simple Debentures, Unsecured Debentures, to be Converted Into Secured Debentures, in a Single Series, of the Fourth (4<sup>th</sup>) Issue of Log-In Logística Intermodal S.A.*", to be entered into by and between the Company and the institutions that are part of the securities distribution system, as intermediary institutions ("**Distribution Agreement**"); and (II.iii) of the Warranty Agreements (as defined below); (III) the granting of guarantees by the Company, within the scope of the Issue, embodied in (III.i) the Fiduciary Assignment of Shares Agreement in favor of the Debenture Holders, represented by the Trustee, (a) of the shares owned by the Company, representing forty-nine integers and eight thousand, four hundred and eighty tenths of a thousandth percent (49.8480%) of the shares issued by TVV - Terminal Vila Velha S.A., a limited liability company, with headquarters in the city of Vila Velha, State of Espírito Santo, at Avenida Cavalieri, No. 2000, Porto do Capuaba, CEP 29116-650, registered with the CNPJ under

No. 02.639.850/0001-24 (“**TVV**”, “**Percentage of the Guarantee**” and “**Disposed Shares TVV**”, respectively), (b) all economic rights inherent in and arising from the Disposed Shares TVV, present and future, including all fruits, income, advantages and/or other distributions that are attributed to them, in any capacity, including profits, dividends, interest on equity and all other values of credit rights in any other form to be distributed by TVV in connection with the Disposed Shares TVV, as well as any assets in which the encumbered Disposed Shares TTV are converted (including any certificates of deposits or securities), and voting rights, under the terms of the Fiduciary Assignment of Shares Agreement (as defined below); and (c) all new shares that may, as of this date, be attributed to the Company, or its eventual legal successor or any new shareholder through subscription, or exercise of preference rights of the Disposed Shares TVV, distribution of bonuses, conversion of debts, all shares, securities and other rights that, as of this date, replace the alienated TVV Shares, due to their cancellation, incorporation, merger, spin-off or any other form of corporate reorganization involving TVV, as well as, in the case of the transformation of TVV, the quotas resulting from any conversion of the Sold TVV Shares in quotas due to the transformation of TVV into a company whose share capital is divided into quotas, as long as limited to the Percentage of Guarantee (“**Fiduciary Assignment of Shares**”), through the execution of the “*Fiduciary Assignment of Shares Agreement*”, to be entered into by and between the Company, the Trustee and TVV, as the consenting intervening party, (“**Fiduciary Assignment of Shares Agreement**”); and (III.ii) the fiduciary assignment, in guarantee, in favor of the Debenture Holders, represented by the Trustee, (1) of current and future credit rights, owned by the Company, arising from the provision of transportation and other services to customers of the Company (“**Credit Rights - Services**”, respectively); (2) of the funds received due to the payment of Credit Rights - Services, regardless of where they are, including while in transit or in the process of bank clearing; and (3) any and all rights, current and/or future, held and to be held by the Company with respect to the linked accounts owned by the Company opened with the Depositary Bank (as defined below), any amounts or resources deposited therein and/or to be deposited, at any time, regardless of the stage they are in, including while in transit or in the process of bank clearing, as well as investments made with the amounts deposited or that may be deposited in said accounts, and all and any fruits and income resulting from said investments (“**Fiduciary Assignment of Credit Rights**”, and together with the Fiduciary Assignment of Shares Agreement, “**Guarantees**”), through the signing of the “*Fiduciary Assignment Agreement of Credit Rights and Accounts Management and Other Covenants*”, to be entered into by and between the Company and the Trustee (“**Fiduciary Assignment of Credit Rights Agreement**” and, together with the Fiduciary Assignment of Shares Agreement, the “**Warranty Agreements**”); (IV) the signing, by the Company, of all and any instruments necessary for the constitution of the Guarantees, including, but not limited to, any amendments, the powers of attorney to be granted in favor of the Trustee, as well as an agreement for the management of accounts to be entered into with the depositary bank to be contracted by the Company (“**Depositary Bank**” and “**Account Management Agreement**”, respectively); (V) express authorization for the Executive Board of Directors and the other legal representatives of the Company to perform all acts, negotiate the final conditions, take and adopt all measures necessary to: (V.i) formalize, carry out and manage the deliberations set forth in these minutes for the issuance of the Debentures, as well as the signature of any and all instruments related to the Issue and the Offer, including, but not limited to, the following instruments: (a) the Issue Indenture, (b) the Distribution Agreement, (c) the Warranty Agreements; (d) any powers of attorney granted under the Warranty Agreements (e) the Account Management Agreement; and (f) amendments to the aforementioned instruments and other related instruments, (V.ii) the formalization and the contracting of financial institutions that are part of the securities distribution system, legal advisors and service providers necessary for the implementation of the Issue and the Offer, such as the settlement agent, the Trustee, the independent auditor, the Depositary

Bank, among others, being able, for this purpose, to negotiate and sign the respective contracting instruments and any changes, as well as to set fees for them ; and (V.iii) the ratification of all acts already practiced by the Executive Board of Directors within the scope of the Issue and the Offer.

**5. Resolutions, Discussions and Instructions:** After the meeting was called to order, the quorum was met and the meeting was installed, the members of the Board of Directors:

**(A) Approved**, under the terms of paragraph 1 of article 59 of Law No. 6,404, of December 15, 1976, as amended ("**Brazilian Corporate Law**"), the Issue and execution of the Offer, with the following characteristics and conditions:

**(xxxv) Issue Number:** The Debentures represent the Company's fourth (4<sup>th</sup>) issue of debentures, which will be publicly distributed with restricted efforts, pursuant to CVM Instruction 476.

**(xxxvi) Series:** The Issue will be carried out in a single series.

**(xxxvii) Total Issue Amount:** The total amount of the Issue will be three hundred and forty million Brazilian reais (R\$ 340,000,000.00), on the Date of Issue (as defined below) ("**Total Issue Amount**").

**(xxxviii) Quantity:** thirty-four thousand (34,000) Debentures will be issued.

**(xxxix) Nominal Unit Value:** The Debentures will have a nominal unit value of ten thousand Brazilian reais (R\$ 10,000.00), on the Date of Issue ("**Nominal Unit Value**").

**(xl) Type and Form:** The Debentures will be issued in registered, book-entry form, without issuing certificates.

**(xli) Proof of Ownership of the Debentures:** For all legal purposes, the ownership of the Debentures will be evidenced by the statement issued by the bookkeeper, and, additionally, in relation to the Debentures that are electronically held in custody at B3, it will be proved by the statement issued by B3 on behalf of the Debenture Holders.

**(xlii) Convertibility and Exchangeability:** The Debentures will be simple, not convertible into shares issued by the Company and not exchangeable into shares of another company.

**(xliii) Type:** The Debentures are unsecured, to be settled in cash with collateral, pursuant to article 58 of the Brazilian Corporation Law, by means of an amendment to the Date of Issue.

**(xliv) Date of Issue:** For all legal purposes, the date of issue of the Debentures will be that established in the Date of Issue ("**Date of Issue**").

**(xlv) Term and Maturity Date:** Subject to the Optional Early Redemption (as defined below), Optional Early Redemption Offer (as defined below), Optional Acquisition (as defined below) with cancellation of all Debentures and/or early maturity of the obligations arising from the Debentures, under the terms of the Date of Issue, the Debentures will have a maturity period of six (6) years from the Date of Issue, maturing, therefore, in the year of 2027, according to the date to be indicated in the Date of Issue.



- (xlvi) Subscription and Payment Method: The Debentures will be subscribed and paid up through the MDA, with the distribution being financially settled through B3 by a maximum of fifty (50) Professional Investors (as defined below), in cash, in national currency, at the time of subscription, at the Nominal Unit Value, being considered “**First Payment Date**” for purposes of the Issue Indenture, the date of the first subscription and payment of the Debentures. If the Debentures are paid in more than one date, the subscription price for the respective Debentures that were paid in after the First Payment Date will be the Nominal Unit Value plus the respective Remuneration Interest (as defined below), calculated *pro rata temporis* since the First Date of Payment of the respective Debentures until the date of their effective payment. Pursuant to CVM Instruction No. 539, of November 13, 2013, as amended and for the purposes of the Offer, “**Professional Investors**” will be considered: (i) financial institutions and other institutions authorized to operate by the Central Bank of Brazil; (ii) insurance companies and capitalization companies; (iii) open and closed supplementary pension entities; (iv) natural or legal persons who have financial investments in an amount exceeding ten million reais (R\$ 10,000,000.00) and who additionally certify in writing their status as a professional investor by means of their own term, in accordance with the Attachment 9-A of CVM Instruction 539; (v) investment funds; (vi) investment clubs, provided that the portfolio is managed by a securities portfolio administrator authorized by the CVM; (vii) autonomous investment agents, portfolio managers, analysts and securities consultants authorized by the CVM, in relation to their own resources; and (viii) non-resident investors.
- (xlvii) Destination of Funds: The net proceeds obtained by the Company with the Issue will be used for full payment, including principal, interest and other related charges: (i) of the Bank Credit Card Agreement No. 100116020011000, issued by the Company in favor of Itaú Unibanco SA (“**Itaú**”) on February 24, 2016, as amended from time to time (“**CCB Itaú 1000**”); (ii) Bank Credit Card Agreement No. 106616020001900, issued by TVV in favor of Itaú on February 24, 2016, as amended from time to time (“**CCB Itaú 900**”); (iii) Bank Credit Agreement no. 340.001.301, issued by the Company in favor of Banco do Brazil S.A. (“**BB**”), with TVV as the consenting intervening party, on July 29, 2016, as amended from time to time (“**CCB BB 301**”); (iv) Bank Credit Agreement no. 340.001.302, issued by the Company in favor of BB, with TVV as guarantor, on July 29, 2016, as amended from time to time (“**CCB BB 302**”); (v) Bank Credit Agreement no. 340.001.303, issued by TVV in favor of BB. and as an intervening party, on July 29, 2016, as amended from time to time (“**CCB BB 303**”); (vi) Bank Loan Credit Card Agreement n. 0454-09009-60, issued by the Company in favor of HSBC Bank Brasil S.A. (predecessor of Banco Bradesco S.A.) (“**Bradesco**”), on July 1, 2016, as amended from time to time (“**CCB BRA**”); (vii) Private Instrument of Confession and Debt Payment, entered into between Banco Santander SA (“**Santander**”), the Company and TVV, on December 4, 2017, as amended from time to time, whose rights and the obligations were assigned on May 29, 2019 to the Financial Settlement Fund (“**Financial Settlement Fund**”, and jointly with BB, Bradesco and Itaú, “**Creditors**”), as per notification received by the Issuer and TVV, both sent by the Financial Settlement Fund on May 31, 2019 (“**Confession of Debt SAN**”, and together with CCB Itaú 1000, CCB Itaú 900, CCB BB 301, CCB BB 302, CCB BB 303 and CCB BRA, “**Existing Debts**”).
- (xlviii) Monetary Restatement: The Nominal Unit Value or the balance of the Nominal Unit Value, as the case may be, of the Debentures, will not be monetarily restated.

- (xlix) Remuneration Interest: The Debentures will be entitled to the payment of remunerative interest corresponding to the accumulated variation of one hundred percent (100%) of the average daily rates of ID - Interbank Deposits of one (1) day, over extra group, denominated “**ID Rate**”, expressed as a percentage per year, base of two hundred and fifty-two (252) Business Days, calculated and published daily by B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, in the daily newsletter available on its website (<http://b3.com.br>), increased exponentially with a surcharge (spread) of four whole percent (4%) per year, base two hundred and fifty-two (252) Business Days, levied on the Nominal Unit Value or balance of the Nominal Unit Value, as the case may be (“**ID Rate**” and “**Remuneration Interest**”, respectively). Remuneration Interest will be calculated exponentially and cumulatively *pro rata temporis*, for Business Days elapsed, based on a year of two hundred and fifty-two (252) Business Days, levied on the Nominal Unit Value or balance of the Nominal Unit Value, as the case may be, from the First Payment Date of the Debentures, or from the Payment Date of the Remuneration Interest (as defined below) immediately preceding and paid as provided for in the Issue Indenture.
- (l) Amortization of the Nominal Unit Value: Without prejudice to payments due to Optional Early Redemption, Optional Early Redemption Offer, Optional Early Amortization, Optional Acquisition and/or early maturity of the obligations arising from the Debentures, under the terms provided for in the Issue Indenture, the balance of the Nominal Unit Value of the Debentures will be amortized in quarterly and successive installments, starting from the twelfth (12<sup>th</sup>) month (including), according to the dates to be indicated in the Issue Indenture.
- (li) Payment of the Remuneration Interest: Without prejudice to payments due to Optional Early Redemption, Optional Early Redemption Offer, Optional Early Amortization, Optional Acquisition and/or early maturity of the obligations arising from the Debentures, under the terms provided for in the Issue Indenture, the Remuneration Interest will be paid quarterly from the Date of Issue, according to the dates to be indicated in the Issue Indenture (each a “**Payment Date of Remuneration Interest**”).
- (lii) Late Payment Charges: In the event of untimely payment of any amount due by the Company to the Debenture Holders under the terms of the Issue Indenture, in addition to the payment of the Remuneration Interest, which will continue to be calculated *pro rata temporis*, from the date of default until the effective payment date, will incur over any and all amounts that are overdue, regardless of notice, notification or judicial or extrajudicial interpellation, (i) default interest of one percent (1%) per month or fraction of a month, calculated *pro rata temporis* since the default date up to the date of actual payment; and (ii) late payment and non-compensatory fine of two percent (2%) (“**Late Payment Charges**”).
- (liii) Place of Payment: Payments referring to the Debentures and any other amounts eventually due by the Company and/or by TVV, as applicable, under the terms of the Issue Indenture, of any of the other Warranty Agreements and of the other documents of the Issue, will be made (i) by the Company, with respect to payments relating to the Nominal Unit Value, Remuneration Interest and Default Charges (as defined below), in relation to the Debentures that are electronically held in custody at B3, through B3; or (ii) by the Company, in relation to the Debentures that are not electronically held in custody at B3, through the bookkeeper or at its headquarters, as the case may be; or (iii) by TVV, as applicable and as the case may be, through the bookkeeper or at its headquarters.

- (liv) Extension of Deadlines: Deadlines for the payment of any obligation will be considered extended until the first (1st) subsequent Business Day, if the maturity date coincides with a day on which there is no banking office hours at the place of payment of the Debentures, except in cases where payments must be made through B3, in which case there will only be an extension when the payment date coincides with a declared national holiday, Saturday or Sunday or any day that there is no office hours at B3.
- (lv) Publicity: All acts and decisions that, in any way, come to involve the interests of Debenture Holders must be mandatorily communicated, (i) within three (3) Business Days after the realization or occurrence of the act to be disclosed, in the form of a notice, in the Official Gazette of the State of Rio de Janeiro (“**DOERJ**”) and in the newspaper “**Valor Econômico**” (together with DOERJ, “**Publication Newspapers**”); and (ii) immediately after the realization or occurrence of the act to be disclosed, on the Company's page on the international computer network (<https://www.loginlogistica.com.br/>). If the Company changes the Publication Newspapers after the Date of Issue, it must send a notification to the Trustee and publish, in the newspapers previously used, a notice to the Debenture Holders informing the new publication newspapers.
- (lvi) Preference Rights: There will be no preference rights to subscribe for the Debentures by the current shareholders of the Company.
- (lvii) Decay of Rights to Additions: Failure by the Debenture Holder to receive the amount corresponding to any pecuniary obligations on the dates provided for in the Issue Indenture or in any communication made or notice published under the Issue Indenture will not give the right to any increase in the period related to the delay in receipt, however, the rights acquired until the date of the respective maturity or payment are assured, in the case of untimely payment.
- (lviii) Guarantees: In guarantee of the faithful, punctual and full payment of the Total Issue Amount on the Date of Issue, plus the Remuneration Interest and the Late Payment Charges applicable, as well as the other pecuniary obligations, main or accessory, present and/or future, provided for in the Issue Indenture, in the Warranty Agreements and in the other documents of the Issue, including, without limitation, the fees of the Trustee, any cost or expense incurred by the Trustee, including as a result of processes, procedures and/or other judicial or extrajudicial measures necessary to safeguard the rights of Debenture Holders and prerogatives arising from the Debentures and/or the Issue Indenture, within the limits of the performance of the Trustee, under the terms of the Issue Indenture and the applicable regulations, and/or by the Debenture Holders including, but not limited to, the succumbent fees arbitrated in court and/or, when applicable, indemnity amounts owed by the Company, the Guarantees will be constituted, both under Suspensive Condition, and, after the registration of the Warranty Agreements in the relevant Registry Offices of Titles and Documents and the fulfillment of the Suspensive Conditions (as defined below), the Debentures will be converted to the kind with real guarantee.

The effectiveness of the Guarantees is conditioned, as provided in article 125 of Law No. 10,406, of January 10, 2002, as amended, to the full payment, including principal, interest and other charges related to Existing Debts and the release by the Creditors of the warranty constituted within the scope of Existing Debts, according to terms to be

established in the Issue Indenture and/or in the Warranty Agreements (“**Suspensive Conditions**”).

- (lix) Scheduled Renegotiation: The Debentures will not be subject to scheduled renegotiation.
- (lx) Risk Rating: No risk rating agency will be hired under the Offer to assign a rating to the Debentures.
- (lxi) Total Optional Early Redemption: The Company may perform the total optional early redemption of the Debentures (“**Optional Early Redemption**”), with the subsequent cancellation of the Debentures in question, starting in 2023, according to the date to be indicated in the Issue Indenture, subject to the terms and conditions set out below, at its sole discretion and regardless of the will of the Debenture Holders, and provided that, cumulatively: (1) the Company, at least fifteen (15) days before the date of the Optional Early Redemption, inform the Debenture Holders about the Optional Early Redemption, through the publication of a notice to the Debentures Holders in the Publication Newspapers or by written notification, with a copy to the Trustee; (2) the Company, at least three (3) Business Days in advance of the Optional Early Redemption date, inform B3, the settlement agent and the bookkeeper about the Optional Early Redemption; and (3) the Optional Early Redemption of the Debentures is carried out at the respective Nominal Unit Value or the balance of the Nominal Unit Value of the Debentures, as the case may be, plus the respective Remuneration Interest, calculated *pro rata temporis* from the First Payment Date or the respective Payment Date of Remuneration Interest immediately preceding, as the case may be, up to the date of actual payment, plus a flat premium, as provided in the Issue Indenture, levied on the amount subject of the Optional Early Redemption.
- (lxii) Partial Optional Early Redemption: The Debentures cannot be object of partial optional early redemption.
- (lxiii) Optional Early Redemption Offer: The Company may, at its sole discretion and at any time, make an early redemption offer for all or for part of the Debentures (“**Optional Early Redemption Offer**”), as provided for in the legislation and regulations applicable. Said Optional Early Redemption Offer may cover all or part of the Debentures, and must be addressed to all Debenture Holders, without distinction, ensuring equal conditions to all Debenture Holders, to accept the Optional Early Redemption Offer of the respective Debentures that they hold, in accordance with the terms and conditions provided for in the Issue Indenture, as well as in the applicable legislation and regulations, which may result in the total or partial redemption of the Debentures, depending on the adhesion of the respective Debenture Holders.
- (lxiv) Optional Early Amortization: The Company may carry out optional extraordinary amortization of the Debentures (“**Optional Early Amortization**”), starting in 2023, according to the date to be indicated in the Issue Indenture, subject to the terms and conditions set forth in the Issue Indenture, at its sole discretion and regardless of the will of the Debenture Holders, limited to ninety-eight percent (98%) of the Nominal Unit Value of the Debentures and provided that, cumulatively: (1) the Company, with at least fifteen (15) days in advance of the Optional Early Amortization date, informs the Debenture Holders, the Trustee, B3, the settlement agent and the bookkeeper about the Optional Early Amortization, by means of written notification; and (2) the Optional Early

Amortization of the Debentures is carried out at the Nominal Unit Value or balance of the Nominal Unit Value, as the case may be, of the Debentures, plus the respective Remuneration Interest proportional to the early amortization, calculated *pro rata temporis* since the First Payment Date or the respective Remuneration Interest Payment Date immediately preceding, as the case may be, up to the date of the actual payment, plus a flat premium, as per the table included in the Issue Indenture, levied on the amount subject to the Optional Early Amortization of the Debentures.

- (lxv) Optional Acquisition: The Company may, at any time, acquire Debentures, subject to the acceptance of the respective selling Debenture Holder and provided that it complies with the provisions of article 55, paragraph 3, of the Brazilian Corporate Law and in the applicable regulations edited by the CVM, requiring that such fact be included in the Company's management report and financial statements, insofar as the acquisition is in an amount equal to or less than the Nominal Unit Value. The Debentures acquired by the Company may, at the Company's discretion and provided that the applicable regulations in force are observed: (i) be canceled; (ii) remain in treasury; or (iii) be placed on the market again, observing the restrictions imposed by CVM Instruction 476. The Debentures acquired by the Company to remain in treasury, under the terms of the Issue Indenture and Issue, if and when replaced on the market, will be entitled to the same amounts of Remuneration Interest applicable to the other Debentures. In case the Company intends to acquire Debentures for an amount higher than the Nominal Unit Value, it must, prior to the acquisition, communicate its intention to the Trustee and to all the holders of the respective Debentures, under the terms and conditions established in article 9 and following of CVM Instruction 620, of March 17, 2020, as amended.
- (lxvi) Automatic Early Maturity: The Trustee must consider early matured, regardless of notice, notification or judicial or extrajudicial interpellation, all the obligations object of the Issue Indenture and demand the immediate payment, by the Company, of the Nominal Unit Value or the balance of the Nominal Unit Value, as the case may be, plus Remuneration Interest, calculated *pro rata temporis* from the first payment date or from the Payment Date of Remuneration Interest immediately preceding, as the case may be, until the date of its effective payment, in addition to the Late Payment Charges and any other amounts eventually due by the Company in the event of certain events.
- (lxvii) Early Maturity: In the occurrence of certain events, the Trustee shall, within one (1) Business Day of the date on which it becomes aware of the occurrence of any of these events, call a General Meeting to resolve on the non-declaration of the early maturity of the Debentures.
- (lxviii) Other characteristics of the Issue: The remaining characteristics of the Issue and the Debentures will be those specified in the Issue Indenture.

**(B) The approval** of the granting, by the Company, of the guarantees within the scope of the Issue embodied in the (a) Fiduciary Assignment of Credit Rights, through the signing of the Fiduciary Assignment of Credit Rights Agreement; and (b) Fiduciary Assignment of Shares, through the execution of the Fiduciary Assignment of Shares Agreement. The other terms and conditions of the Guarantees must be duly defined by the Company's management, based on this resolution.



**(C) The approval** of the signing, by the Company, of all and any instruments necessary for the issuance of the Debentures and the execution of the Issue and the Offer, including, but not limited to, the following instruments: (a) the Issue Indenture; (b) the Distribution Agreement; (c) the Warranty Agreements; (d) the Account Management Agreement; (e) the powers of attorney granted under the Warranty Agreements; and (f) amendments to said instruments and other related instruments.

**(D) The approval** for the Executive Board of Directors and the other legal representatives of the Company to perform any and all acts, negotiate the final conditions and take any and all provisions and adopt all necessary measures to: (a) formalize, execute and manage the deliberations of these minutes for the issue of the Debentures, including the signature: (i) of the Issue Indenture; (ii) of the Distribution Agreement, (iii) of the Warranty Agreements; and (iv) of the Account Management Agreement, as well as the signing of any other instrument necessary or recommended to carry out the Issue and the Offer (such as powers of attorney, amendments to said instruments and other related instruments); (b) formalizing and effecting the contracting of financial institutions that are part of the securities distribution system, legal advisors and service providers necessary for the implementation of the Issue and the Offer, such as the settlement agent, the Trustee, the independent auditor, the Depositary Bank, among others, being able, for this purpose, to negotiate and sign the respective contracting instruments and any amendments, as well as to set fees for them; (c) ratification of all acts already performed in relation to the above resolutions; and (d) authorization for the publication of these minutes in the manner provided for in article 130, paragraph 2 of the Brazilian Corporate Law.

**6. Closure:** There being no further business to discuss, the meeting was adjourned for the time necessary to draw up these minutes, in summary format, which were read, approved and signed by all those present.

This is a free English translation of the Minutes drawn up in the Company's records.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2021.

Eduardo Simeone  
Secretary